



DESAFIOS DA VALORIZAÇÃO DOCENTE E QUESTÕES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DA FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E A IMPRENSA SINDICAL

Fernanda Yumi Raddi Okamoto¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo resultou de uma monografia desenvolvida em 2024, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a partir de uma iniciação científica voluntária vinculada ao projeto de pesquisa intitulado “Políticas para carreira e remuneração docente: um diálogo entre Brasil e Chile frente às marchas e contramarchas do neoliberalismo”. Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o projeto foi desenvolvido por equipes da UFPR, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade de Talca, no Chile. O estudo teve como objetivo explorar os desafios da valorização docente no Brasil e, particularmente, no Paraná, com ênfase nas questões de gênero.

A carreira docente permanece marcada pela divisão sexual do trabalho, decorrente de uma construção histórica enraizada no patriarcado, que atribui às mulheres papéis sociais supostamente justificados por fatores biológicos. Diante desse contexto, a pesquisa buscou investigar como se constituiu o imaginário social que naturaliza o protagonismo feminino na docência. Além disso, procurou compreender o processo de expansão educacional no Brasil e o modo como as mulheres inseridas nesse cenário se adaptaram às transformações ocorridas.

Segundo Karoliny Mendes (2019), é impossível estudar a docência de maneira desvinculada das relações de gênero, pois considerar a profissão docente sob a perspectiva de sua constituição majoritariamente feminina é essencial para a formulação das pautas e políticas de valorização e,

¹ Mestranda em Políticas Educacionais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora de História no Grupo Positivo, Curitiba, PR. Endereço eletrônico: fernanda.yumi@ufpr.com.br.



consequentemente, para a qualidade de vida das professoras. Com base nessa compreensão, analisaram-se os dados estatísticos referentes ao Censo Escolar de 2023, disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a fim de demonstrar que a feminização do magistério permanece como uma realidade no Brasil. A análise também destacou o papel da APP-Sindicato, no Paraná, como importante instituição de defesa da categoria docente. Para tanto, direcionou-se o olhar à imprensa sindical, compreendida como um importante veículo de comunicação para investigar em que medida as edições digitais do Jornal 30 de Agosto reconhecem e abordam as questões de gênero.

A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: MARCOS CONCEITUAIS

A feminização do magistério é compreendida como um processo histórica e socialmente construído, no qual se manifestam tensionamentos relacionados ao ambiente escolar e aos estigmas atribuídos à profissão. Esses estigmas fundamentam-se em um imaginário presente no senso comum, segundo o qual a escola constituiria uma extensão das atividades maternas, concepção sustentada por justificativas de caráter biológico.

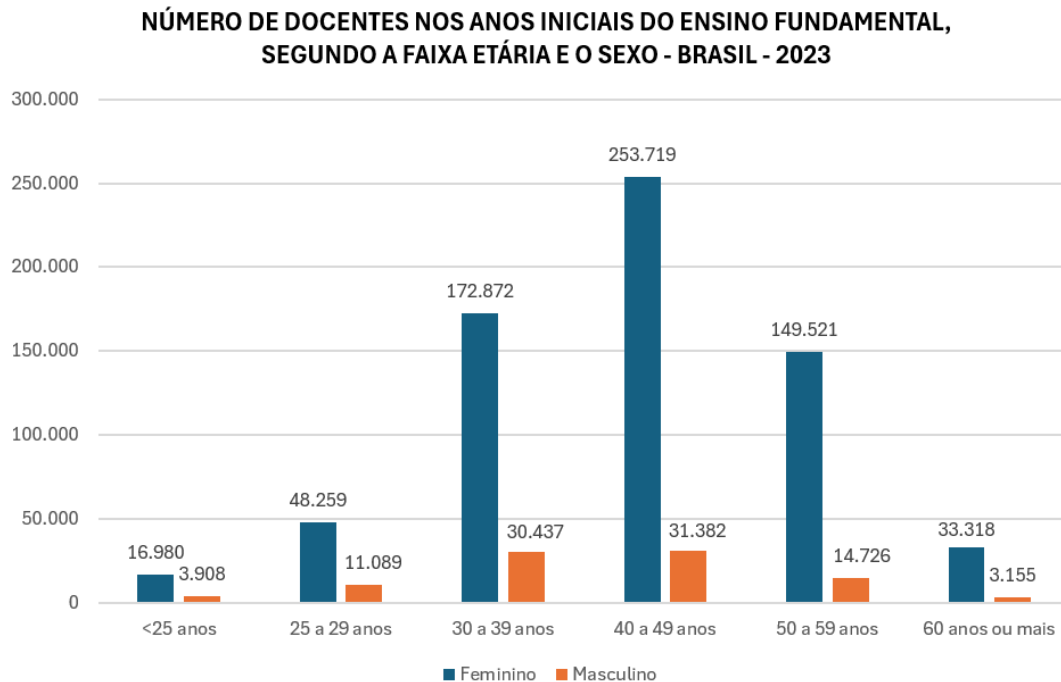
Nessa direção, Karoliny Mendes (2019) define a “feminização” de uma profissão como o processo pelo qual determinado ofício é ressignificado e passa por transformações culturais que o vinculam à imagem simbólica do feminino. No Brasil, esse processo possui raízes no século XIX, período em que a atuação dos homens passou a se concentrar no âmbito público, enquanto a das mulheres permaneceu restrita ao espaço privado, ressalvadas as situações em que elas precisaram trabalhar para garantir a própria sobrevivência (Perrot, 1988). Posteriormente, o desenvolvimento do capitalismo industrial e o fortalecimento do ideal moderno e positivista de instrução da população ampliaram a inserção feminina no mercado de trabalho. Esse movimento impulsionou a expansão das escolas modernas e, consequentemente, a demanda por mão de obra para atuar nesses espaços.

Nesse contexto, o ingresso das mulheres no magistério representou uma mudança significativa em sua condição social, pois lhes proporcionou acesso à vida pública e ampliou sua participação nessa atividade profissional. Ao mesmo tempo, esse processo contribuiu para que características associadas ao feminino fossem atribuídas à docência. Alguns naturalistas argumentaram que as mulheres poderiam desempenhar melhor a profissão por serem supostamente mais dóceis e possuírem um dom natural para o cuidado. Essa concepção também aproximou a feminização do magistério da emergência de teorias pedagógicas que questionavam o emprego de castigos físicos como técnicas de ensino e aprendizagem no espaço escolar (Mendes, 2019).

Após a discussão conceitual e histórica, analisaram-se os dados do Censo Escolar de 2023 com o objetivo de traçar o perfil docente no Brasil e na rede estadual do Paraná. Para isso, consideraram-se a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A partir desse recorte, constatou-se que, tanto em âmbito nacional quanto na rede estadual paranaense, o número de docentes do sexo feminino foi significativamente superior, sobretudo na educação infantil. Esse resultado evidencia a associação entre a profissão docente e o papel maternal, uma vez que, nessa etapa da educação básica, a atuação das educadoras é indissociável do cuidado.

No que se refere especificamente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o Gráfico 1 apresenta a distribuição dos(as) docentes no Brasil segundo a faixa etária e o sexo. A organização desses dados permite examinar como a presença de mulheres e homens se configura nos diferentes grupos etários e, desse modo, aprofundar a análise da feminização do magistério nessa etapa da educação básica.

Gráfico 1 - Número de docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental conforme a faixa etária e o sexo - Brasil - 2023



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Esse resultado suscita o seguinte questionamento: em que medida a feminização da profissão também afeta os homens que optam pela docência, considerando que esses profissionais podem contribuir para a luta contra a desigualdade de gênero? Por um lado, o trabalho feminino na Educação Infantil é associado à maternagem; por outro, em um movimento complementar, o machismo também discrimina os homens que atuam nessa etapa da educação básica (Rabelo, 2013).

Além dessa discriminação, outra representação de gênero recai sobre os professores: a concepção de que a docência não seria uma profissão destinada aos homens em razão dos baixos salários, uma vez que, segundo esse entendimento, os chefes de família não poderiam receber remunerações reduzidas. Essa representação fundamenta-se na premissa de que o salário das mulheres constituiria apenas um complemento da renda familiar. Desse modo, as condições salariais historicamente associadas à profissão docente seriam consideradas incompatíveis com o papel social atribuído aos homens.



Quando estendemos a análise aos Anos Finais do Ensino Fundamental e ao ensino médio, observamos, em ambas as esferas, um aumento expressivo do número de profissionais do sexo masculino, resultado que suscita diferentes questões. A primeira refere-se à associação direta entre a educação infantil e o cuidado, atividade historicamente vinculada à imagem simbólica do feminino. A segunda diz respeito à concepção de que a transmissão do conhecimento ocorre de maneira mais rigorosa nas etapas finais da educação básica. De acordo com essa perspectiva, a maior presença masculina nessas etapas estaria relacionada ao ideal de conduzir os(as) estudantes do senso comum ao conhecimento científico. A terceira questão relaciona-se às médias remuneratórias mais elevadas no ensino médio, o que favoreceria a concentração dos homens nas redes de ensino que oferecem salários mais altos.

A esse respeito, Gouveia (2024) argumenta que, embora os planos de carreira e as regras de contratação do setor público estejam, em tese, fundamentados no princípio da isonomia, as trajetórias profissionais de homens e mulheres não são iguais. Essas diferenças repercutem tanto nos espaços em que os homens se concentram quanto em seus percursos profissionais e remuneratórios.

Por fim, após constataremos a feminização do magistério por meio da análise dos dados do Censo Escolar de 2023, direcionamos o olhar para a imprensa sindical, com o objetivo de investigar se os desafios da valorização docente são abordados a partir do recorte de gênero.

QUESTÕES DE GÊNERO NA IMPRENSA SINDICAL: O FEMININO EM DESTAQUE

Foram analisadas quatro edições do *Jornal 30 de Agosto*, veículo institucional da APP-Sindicato que constitui um importante meio de comunicação com a comunidade docente e materializa debates e objetos de disputa presentes nas agendas sindicais. Disponíveis no site da entidade, as publicações

correspondem aos anos de 2014, 2017, 2019 e 2020 e foram selecionadas por apresentarem, como temática comum, o Dia Internacional da Mulher.

Em linhas gerais, concluímos que as questões de gênero receberam tratamentos distintos nas edições analisadas, as quais evidenciam o reconhecimento, por parte da imprensa sindical, de que a categoria docente é majoritariamente feminina. No entanto, observamos que o tema aparece com pouca frequência e, em geral, é mobilizado como instrumento de articulação da categoria.

O contexto político específico de cada edição possibilita a formulação de hipóteses acerca das razões que orientaram a escolha e a exposição dos temas. Ao mesmo tempo, leva-nos a questionar em que medida as pautas abordadas pelo jornal encontram adesão efetiva entre os membros da categoria. Além disso, pontuamos que os silenciamentos identificados são significativos e suscitam reflexões, sobretudo quando consideramos a redução, ao longo dos anos, tanto do número de páginas das edições quanto da presença de entrevistas e relatos de professoras e ativistas, entre outros conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a consolidação da escola como extensão das atividades maternas contribuiu para que lhe fossem atribuídas responsabilidades que ultrapassam o ensino. Essa concepção ainda se manifesta nas expectativas de que a instituição escolar cumpra diferentes funções, algumas das quais excedem suas finalidades. A análise realizada levou-nos a concluir que tais expectativas resultam de um longo processo histórico de constituição da educação escolar e da carreira docente. Nesse contexto, ainda persistem desafios relacionados à delimitação das atribuições dos sujeitos que atuam na escola.

A superação da desigualdade de gênero permanece como um desafio tanto na sociedade em geral quanto no campo educacional. Apesar disso, identificamos avanços em direção a mudanças. Segundo Gouveia (2024),

embora a literatura do campo das políticas educacionais incorpore estudos que reconhecem a predominância feminina na educação, esse reconhecimento ainda produz poucos efeitos na construção de mecanismos de proteção trabalhista para a categoria docente. Portanto, a luta pela igualdade de gênero e pela garantia de direitos deve prosseguir. A atenção a essa dimensão pode contribuir para melhorar as condições de vida e de trabalho das milhares de professoras da educação básica e, conseqüentemente, fortalecer a valorização docente no Brasil.

REFERÊNCIAS

GOUVEIA, Andréa Barbosa. **A remuneração condigna do magistério da educação básica no contexto do financiamento da educação**: conceitos, fontes e desafios. 2024. Tese (Promoção à classe de Professora Titular da carreira do Magistério Superior) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: http://www.cppd.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2024/12/andrea_barbosa_gouveia.pdf. Acesso em: 29 jan. 2026.

MENDES, Karoliny. **A valorização da mulher docente na pauta sindical**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/68715/R%20-%20D%20-%20KAROLINY%20MENDES.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 ago. 2026.

OKAMOTO, Fernanda Yumi Raddi. **Desafios da valorização docente e questões de gênero**: uma análise da feminização do magistério e a imprensa sindical. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2025/02/FERNANDA-YUMI-RADDI-OKAMOTO-final.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2026.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RABELO, Amanda Oliveira. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 907-925, out./dez. 2013. Disponível em: https://revistas.usp.br/ep/pt_BR/article/view/73044. Acesso em: 25 fev. 2026.